



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta terça-feira

04/01/2011

O destaque desta terça-feira (4/1) é a notícia de que os advogados do italiano Cesare Battisti pediram ao Supremo Tribunal Federal a soltura do cliente, que teve a extradição para a Itália negada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia 31 de dezembro. Na petição, encaminhada ao presidente da Corte, ministro Cezar Peluso, a defesa lembra que Battisti está preso desde o dia 18 de março de 2007. As informações são dos jornais **O Globo** e **Correio Braziliense**.

Clique [aqui](#) para ler na ConJur.

Decisões semelhantes

A decisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de negar o pedido de extradição do ex-ativista político italiano Cesare Battisti não foi tomada por questões ideológicas, segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Os jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo** informam que dois dias depois de tomar posse como integrante do governo de Dilma Rousseff, Cardozo afirmou também que não espera, como sinal de solidariedade à Itália, retaliações de países europeus — alguns dos quais, segundo ele, tomaram decisões semelhantes à do Brasil em casos do tipo.

Volta das polêmicas

A deputada petista Maria do Rosário assumiu na segunda-feira (3/01) a Secretaria de Direitos Humanos pedindo ao Congresso que aprove a formação da Comissão da Verdade e defendendo "o reconhecimento da responsabilidade do Estado pelas graves violações de direitos humanos com vista a não repetição do ocorrido" durante a ditadura. A nova ministra prometeu ainda implementar o Plano Nacional de Direitos Humanos 3, que foi fruto de polêmica, inclusive durante a campanha presidencial. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Refis da Crise

Antes de deixar o cargo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou duas alterações na Lei 12.249, de 2010, que modificou o Refis da Crise. Os vetos foram publicados na última edição do *Diário Oficial da União*. Uma delas tratava da possibilidade de os contribuintes pagarem com precatórios débitos incluídos no parcelamento federal. O Congresso Nacional, no entanto, ainda pode reincluir o que foi vetado no projeto de lei de conversão da Medida Provisória 499, de 2010, noticia o jornal **Valor Econômico**.

Recursos fiscais

De acordo com o jornal **Valor Econômico**, o Ministério da Fazenda aprovou no fim de 2010 um novo regimento interno para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão que

julga os recursos dos contribuintes contra autos de infração da Receita Federal. O objetivo é acelerar o andamento dos processos administrativos. A partir de agora, os processos com valor inferior a R\$ 1 milhão serão julgados por meio de videoconferência e os conselheiros serão obrigados a seguir as decisões de recursos repetitivos do Superior Tribunal de Justiça e de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal. Além disso, eles terão prazo de 30 dias – e não mais dois meses – para proferir um voto.

Reforma da saúde

Os líderes republicanos na Câmara de Representantes dos EUA planejam votar na próxima semana um projeto de lei para abolir a reforma do sistema de saúde do país, a maior conquista legislativa do presidente Barack Obama, segundo informaram representantes do partido. O Congresso americano iniciará nesta quarta-feira (5/01) a nova sessão legislativa, na qual os republicanos contarão com maioria absoluta na Câmara de Representantes e uma maior presença no Senado. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S. Paulo**.

Trabalho escravo

A promotoria de Justiça de Embu-Guaçu (SP) ofereceu à Justiça uma denúncia contra o empresário Marcioir Silveira Teixeira por impor a trabalhadores a condição análoga a de escravos. Teixeira é acusado de aliciar 53 trabalhadores no interior da Bahia e em São Vicente, no litoral paulista, para trabalharem em sua empresa, a MS Teixeira & Cia Ltda. com retenção das carteiras de trabalho, jornadas de trabalho acima das previstas na lei e não pagamento ou pagamento de valores irrisórios pelo trabalho executado. A notícia é do jornal **O Globo**.

Clique [aqui](#) para ler na *ConJur*.

Plano de sequestro

O jornal **Folha de S.Paulo** noticia que uma investigação da Polícia Federal revela detalhes de como o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, planejou, de dentro do presídio federal de segurança máxima de Campo Grande (MS), o sequestro de Luís Cláudio Lula da Silva, um dos filhos do ex-presidente Lula. Discutido entre dezembro de 2007 e agosto de 2008, o sequestro foi evitado pela PF, mas os supostos envolvidos, incluindo Beira-Mar, respondem a uma ação penal na Justiça Federal em Mato Grosso do Sul sob acusação de formação de quadrilha em razão da tentativa. Clique [aqui](#) para ler na **ConJur**.

COLUNAS

Coligações proporcionais

Artigo de José Rollemberg Leite Neto, especialista em Direito Eleitoral, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, fala sobre o fim das coligações eleitorais. “A cada eleição é assim: um candidato elege-se parlamentar com um número inacreditável de votos. Graças à confusa legislação eleitoral, leva consigo nomes pouco votados para o Parlamento. Gente bem votada reclama que não foi eleita, embora ostentando mais sufrágios que os vencedores. O povo não entende o mecanismo que gera essa situação. Surgem os protestos e o sistema proporcional é posto em xeque.”

Insatisfação com espaço

Reunida nesta segunda para discutir o saldo do rateio de posições no governo da presidente Dilma Rousseff, a cúpula do PMDB encarregou o presidente do partido e vice da República, Michel Temer, de transmitir à petista a insatisfação da sigla, surpreendida por sucessivos anúncios de perda de espaço na máquina federal. A informação é do "Painel" do jornal **Folha de S.Paulo**, editado por Renata Lo Prete. A expectativa dos peemedebistas era a de que Temer se manifestasse logo na primeira reunião de coordenação do governo, com início marcado para o final da tarde de ontem.

Execuções judiciais

Artigo do especialista em Direito Processual Civil Luciano S. R. de Carvalho, publicado no jornal **Valor Econômico**, fala sobre "O parcelamento nas execuções judiciais": "Não se pode deixar de reconhecer, em conclusão, que negar o parcelamento nas execuções de títulos judiciais acarreta um desnecessário aumento da atividade judicante e eternização dos litígios, em razão de possíveis manobras protelatórias dos devedores, tudo em detrimento do princípio da efetividade da prestação jurisdicional. O processo não deve jamais ser encarado como uma arena de batalha, mas sim como um instrumento de pacificação social."

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2011-jan-04/noticias-justica-direito-jornais-terca-feira-90/>